Revista Científica On-line
Tecnologia – Gestão – Humanismo
ISSN: 2238-5819

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADORAS: O ELO ENTRE ENSINO MÉDIO INTEGRADO E A FORMAÇÃO INTEGRAL

INTEGRATIVE PEDAGOGICAL PRACTICES: THE LINK BETWEEN INTEGRATED HIGH SCHOOL AND INTEGRAL EDUCATION

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADORAS: EL VÍNCULO ENTRE LA ESCUELA SECUNDARIA INTEGRADA Y LA EDUCACIÓN INTEGRAL

Emmanuela Ferreira de Lima[1] (emmanuela.lima@ifgoiano.edu.br)
Luciana Santos da Rosa[2](luciana.rosa@ifgoiano.edu.br)
Luiz Mário Lopes Cardoso[3] (luiz.cardoso@seduc.go.gov.br)
Matias Noll[4](matias.noll@ifgoiano.edu.br)

[1,2,3,4] IFGoiano

Resumo
As Práticas Pedagógicas Integradoras (PPIs) orientam o processo de ensino e aprendizagem através de ações interdisciplinares, contextualizadas e integrando teorias e práticas para apreensão do conhecimento em sua totalidade. Este artigo propõe descrever a importância e ampliar a reflexão e compreensão das PPIs no Ensino Médio Integrado como elo entre a formação integral do estudante no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A questão que norteia este estudo é: como as Práticas Pedagógicas Integradoras contribuem na efetivação da formação integral no Ensino Médio Integrado (EMI)? À luz do materialismo histórico e dialético, tendo como método aplicado o qualitativo-descritivo por intermédio de análise bibliográfica. São estudados autores clássicos da base teórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Os principais conceitos abordados são de Formação Integral, EMI e Práticas Pedagógicas Integradoras. O estudo mostrou que as práticas integradoras, se efetivadas no EMI, possibilitam a formação integral do estudante.
Palavras-chave: Integração curricular; Educação profissional; Práticas pedagógicas.

Abstract
The Integrating Pedagogical Practices (IPPs) guide the teaching and learning process through contextualized interdisciplinary actions, integrating theories and practices for the apprehension of knowledge in its entirety. This paper aims to describe the importance of the IPPs and expand our reflections and understanding about them in the Integrated Secondary School (ISS), as a link between the student's integral education and the field of the Professional and Technological Education (PTE). This study has, as theoretical reference, the historical and dialectical materialism, and, as applied method, the qualitative-descriptive method, also making use of bibliographic analysis, studying classic authors from the theoretical framework of PTE in Brazil. The main concepts covered are integral education, ISS, and Integrating Pedagogical Practices. Its guiding question is: "how do the IPPs contribute to the realization of integral education in the ISS?" The study showed that the integrating practices, if promoted in the ISS, can lead to an integral education for the student.
Keywords: Integrated secondary education; Integrating pedagogical practices; Integral education.

Resumen
La integración de las prácticas pedagógicas (PPI) guía el proceso de enseñanza y aprendizaje a través de acciones interdisciplinarias y contextualizadas e integración de teorías y prácticas para aprehender el conocimiento en su totalidad. Este artículo propone describir la importancia y ampliar la reflexión y la comprensión de los IBP en la escuela secundaria integrada como un

vínculo entre la formación integral del estudiante en el campo de la educación profesional y tecnológica (EPT). La pregunta que guía este estudio es: ¿cómo contribuyen las prácticas pedagógicas integradoras a la realización de la capacitación integral en la escuela secundaria integrada (EMI)? A la luz del materialismo histórico y dialéctico, tener como método aplicado la descriptiva cualitativa a través del análisis bibliográfico. Los autores clásicos de la base teórica de la educación profesional y tecnológica se estudian en Brasil. Los principales conceptos cubiertos son de formación integral, EMI y prácticas pedagógicas integradoras. El estudio mostró que las prácticas integradoras, si son efectivas en EMI, permiten la formación integral del estudiante.
Palabras clave: integración curricular; Educación profesional; Prácticas pedagógicas.

Introdução

Compreende-se como Práticas Integradoras ações pedagógicas que vão além da interdisciplinaridade. São práticas que consideram o conhecimento uma unidade, em que a parte está inserida num todo, não de forma fragmentada e dividida, mas sim integrada. De acordo com Araujo e Frigotto (2015): “Tendo como referência as ideias de contextualização, interdisciplinaridade e teleologia, propomos pensar as estratégias de organização dos conteúdos, na perspectiva do ensino integrado” (2015, p. 70). Esse seria o caminho para se alcançar a formação integral dos estudantes.

Destarte, essa nova ação educativa caminha pelo prisma da integração curricular, a contextualização, o diálogo entre as disciplinas, a interdisciplinaridade, a mediação dos saberes, o projeto integrador como mecanismos integradores. Em face ao exposto, integrar, dialogar e promover a interdisciplinaridade com as distintas áreas do conhecimento não é uma tarefa fácil. Nesse sentido, Araujo (2014) destaca a relevância das Práticas Integradoras para que os estudantes desenvolvam uma formação ampla e com capacidade técnica e intelectual para constituir uma nova realidade.

Essas práticas ajudarão na compreensão dos conhecimentos científicos e tecnológicos de forma articulada com o meio social, conforme Henrique e Nascimento (2015). Os projetos integradores promovem a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos na própria realidade social necessária para o desenvolvimento e a formação integral, base para a emancipação da classe trabalhadora, como afirmam Araujo e Frigotto (2015). Portanto, quando se aplica de forma consciente, planejada e com compromisso ético e político essas práticas, auxilia-se na formação de estudantes emancipados e com capacidade de transformar a realidade na qual estão inseridos.

Com base nisso, procura-se esclarecer o que são as Práticas Pedagógicas Integradoras (PPIs) e como elas se materializam no Ensino Médio Integrado (EMI) para promover uma formação integral aos estudantes que frequentam esta modalidade de ensino. Para tal, busca-se conceituar as PPIs como alternativas para se chegar à formação integral dos estudantes no EMI. Assim, Araujo (2014) considera que o desenvolvimento de Práticas Integradoras exige a organização de um ambiente que possibilita a valorização da atividade, ousada, de docentes e discentes e o entendimento amplo dos fatos específicos, sem ignorar o todo, fazendo uma relação com o contexto social.

Desde a sua origem o Ensino Profissional é marcado pela discriminação e dualidade. Tendo como público-alvo os trabalhadores manuais, os quais, ao longo da história, tiveram negada uma formação voltada à sua integralidade. Essa modalidade de ensino destinada para esses "desafortunados" tem como marca o assistencialismo, o moralismo, com foco de "colocar na linha" os desajustados da sociedade. Portanto, ela não tinha um projeto de formação, de inclusão e emancipação dos estudantes. Isso fica muito nítido nas afirmações de Caires e Oliveira (2016):

> Tendo em vista o estabelecimento do regime republicano, as correntes de pensamentos, liberal e positivista, privilegiadas nesse contexto, estavam sintonizadas com preceitos do catolicismo, pelos quais o Ensino Profissional deveria ser destinado aos desvalidos da sorte, como uma pedagogia de cunho tanto preventista quanto corretista (2016, p. 45).

Na sequência, o EMI surge como projeto educacional que visa combater essas distorções históricas da Educação Profissional, trazendo possibilidades para todos os estudantes a uma formação integral que, historicamente, foi negligenciada, principalmente, para a classe trabalhadora. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010) são pesquisadores que defendem a EPT como potencialidade para tornar efetiva a educação unitária, a partir de sua característica de apresentar currículo integrado de ensino médio e técnico. Entretanto, o currículo integrado dentro do ensino médio integrado, por si só, não garante formação integral caso as disciplinas não estabeleçam conexões e integrações necessárias para garantir o pensar sobre as teorias e caso não haja alinhamento das referidas teorias a aspectos práticos, com a apropriação dos conhecimentos no seu contexto social.

Este trabalho justifica-se pela sua utilidade de promover reflexões e discussões no que se refere à importância de se compreender o Ensino Profissional e a sua dualidade como um processo histórico de muitas rupturas e poucos avanços significativos e, ademais, entender as PPIs como mediadoras entre EMI e formação integral como possibilidade para a superação da dualidade estrutural. Considera que a experimentação das PPIs viabiliza a travessia do ensino fragmentado, descontextualizado e mecânico ao integrado, contextualizado, problematizado, interdisciplinar, sob o ponto de vista da formação integral do estudante no campo da EPT (ARAUJO; FRIGOTO, 2015). Dessa forma, tem por objetivo descrever a importância e ampliar a reflexão e compreensão das PPIs no Ensino Médio Integrado como elo entre a formação integral do sujeito no campo da EPT.

O contexto de interesse é o EMI das redes de ensino que promovem a EPT. De abordagem qualitativa e descritiva, esta pesquisa foi realizada com o apoio da técnica de revisão bibliográfica, pois todos os dados foram coletados em livros e artigos e analisados de maneira comparativa, utilizando-se conceitos desenvolvidos por autores que pesquisam a temática. A base teórica parte da perspectiva do materialismo histórico e dialético, originária, principalmente, dos conceitos gramscianos a respeito da escola unitária, escola pensada para romper com a formação dual. Não há nenhuma atividade humana da qual se possa separar o *homo faber do homo sapiens* (MÉSZÁROS, 2008).

1. Referencial teórico

O referencial teórico foi dividido em dois tópicos. O primeiro faz a contextualização histórica da educação no Brasil; o segundo discute o conceito de EMI.

1.1 Considerações gerais sobre o processo histórico da educação profissional no Brasil

A Educação profissional é marcada ao longo da sua jornada histórica como uma educação de "2ª classe", ou seja, discriminada, dividida e sem prioridades. O ponto de partida para o que se denomina ensino profissional no Brasil foi o Decreto n.º 7.566, de 26 de setembro de 1909, de Nilo Peçanha. Para Caires e Oliveira,

> neste período determinou a criação de 19 Escolas Aprendizes, nas capitais dos estados brasileiros e na Cidade de Campos (terra natal desse presidente), destinadas ao Ensino profissional Primário gratuito e vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (2016, p. 45).

No entanto, sua origem está relacionada aos pobres e desvalidados da sorte, com caráter assistencialista e não formativo. Nesse sentido, com o passar do tempo, avançou-se para uma formação dual, com uma formação para a classe burguesa, na linha propedêutica, e outra para aqueles que executam serviços manuais, em concordância com pesquisa histórica desenvolvida por autores como Caires e Oliveira (2016). Assim, a Educação Profissional originou-se de forma dual e de caráter assistencialista e, com o passar do tempo, tornou-se de natureza formativa, porém, a divisão permaneceu. Colocar à disposição dos estudantes uma escola que favoreça uma formação integral e emancipadora tornou-se o grande desafio.

Ao fazer um retrospecto e analisar a gênese da escola, é perceptível que ela veio para atender a classe de privilegiados, nascida, portanto, da divisão de classes. Percebe-se que, antes da escola, quando não havia propriedade privada, a educação era transmitida de forma igualitária e de geração em geração. Como afirma Saviani (2007), nas sociedades primitivas, tudo era comum, a educação acontecia de forma natural e passava de geração para geração, pois não havia divisão de classe, que se inicia com o surgimento da propriedade privada. Dessa divisão nasce a escola e, como constata Saviani (2007), voltada para atender a classe dominante, que dispunha de ócio, de lazer, de tempo livre, ao contrário da maioria, que não tinha acesso a essa educação escolar e apenas trabalhava. Enfim, a escola foi criada pela e para a elite, e a classe trabalhadora recebia educação para o trabalho no próprio espaço laboral.

Com a evolução do capitalismo e a ampliação dos meios de produção, exigiu-se uma mão de obra mais qualificada para atender o mercado de trabalho e não ao mundo do trabalho. Segundo Saviani (2007), à medida que a necessidade dos meios produtivos foram se expandindo,

foi se ampliando a oferta escolar para os trabalhadores. Diga-se de passagem, o interesse principal desse aumento era atender ao mercado e não à formação integral do proletariado.

Sendo assim, no início da Revolução Industrial, para atender ao capital e não aos trabalhadores, a escola tornou-se disponível para uma parte da população, porém a segmentação permaneceu. Para as elites, a formação intelectual e, para a classe que vive do trabalho manual, a formação técnica isenta de teoria. É a educação dual. E essa dualidade, uma para formar os dirigentes e a outra para a classe que vive do trabalho, continua muito evidente em tempos atuais. Como afirma Araujo:

> A história da educação brasileira, inclusive a profissional, é marcada pela disputa entre dois projetos: o pragmático, que busca subordinar a educação aos interesses imediatos da realidade dada, e o de uma pedagogia da práxis, que se orienta para um tipo de formação comprometida com a construção de um futuro mais justo e que busca um modelo de formação que favoreça os processos de qualificação dos trabalhadores (ARAUJO, 2008, p. 55).

Moura (2014) observa que um dos maiores desafios para o rompimento dessa dualidade estrutural da educação escolar perpassa a competência da escola, pois precisa antes mudar o modo de produção vigente. Em vista disso, o EMI é defendido como travessia para essa superação. Ainda assim, são muitos os desafios, como bem aponta Moura (2014). O EMI é apenas uma possibilidade para essa mudança estrutural, pois alia prática e teoria e não mais a técnica vazia de aporte teórico, como teve início a história da educação profissional.

1.2. Ensino Médio Integrado

O EMI é uma modalidade de ensino que oficialmente está presente em muitas instituições, como institutos federais, secretarias estaduais, entre outras. O ensino médio integrado ao ensino técnico significa a integração entre os conhecimentos gerais e específicos, formando uma totalidade curricular (RAMOS, 2008). Dessa maneira, a concepção de EMI, na compreensão de formação integral, deve considerar três sentidos: o sentido da omnilateralidade, que contempla a formação “com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo”; a vertente da integração, que discorre sobre a inseparabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e, finalmente, “a integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, com totalidade” (RAMOS, 2008, p. 16).

Para Ramos (2017), a proposta do ensino médio integrado teve seu ápice de debate no ano de 1980, quando se discutiu intensamente com a sociedade a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Segundo a autora, naquele momento, os educadores brasileiros estavam empenhados em direcionar a educação nacional na perspectiva da escola unitária. No entanto, isso não se concretizou. Se tivesse sido implementada, talvez, essa dualidade na educação, em especial o que ocorre no ensino profissional, já seria coisa do passado. Por meio desse entendimento, o empenho para a superação da dualidade da formação

para o trabalho manual e outra para o trabalho intelectual deve ser contínuo. Para tal fim, necessita-se de uma educação igual para todos, sem distinção de classe social. Com o passar do tempo e a luta da sociedade civil por uma escola pública para todos, começa a emergir a proposta do EMI com o intuito de romper com esse dualismo histórico na educação.

Essa dualidade foi ratificada por meio do Decreto 2208/1997, promovendo assim, a separação entre formação geral e formação profissional, que perdurou até a sua supressão em 2004. Sendo assim, a revogação do Decreto n.º 2.208/97 e a promulgação do Decreto n.º 5.154/04 (BRASIL, 2004), que trata do EMI numa perspectiva de formação politécnica e escola unitária, despontam como um horizonte para a suplantação dessa dualidade estrutural. O Decreto n.º 5.154/04 foi possível, tendo em vista a aprovação da Constituição Federal de 1988, da LDB/9394/1996 e validou-se com a sua publicação, no dia 23 de julho de 2004. Com base no Decreto, a educação profissional passou a ser composta da seguinte maneira:

> I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
> II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:
> a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
> b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
> c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
> III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, Art. 4º § 1º, itens I; II; III).

Por esse motivo, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010):

> O decreto n. 5154/2004 tenta restabelecer as condições jurídicas, políticas e institucionais que se queria assegurar na disputa da LDB na década de 1980. Daqui por diante, dependendo do sentido em que se desenvolva a disputa política e teórica, o “desempate” entre as forças progressistas e conservadoras poderá conduzir para a superação do dualismo na educação brasileira ou consolidá-la definitivamente (2010, p. 37-38).

Mesmo assim, é possível perceber no contexto escolar alguns problemas e embaraços de cunho metodológico e pedagógico, particularmente no EMI, que é o objeto de análise deste artigo. Esse processo tem dificultado a ruptura desse modelo dual, como a ausência de integrações entre teoria e prática, disciplinas do núcleo comum e técnicas, o mundo do trabalho e os conteúdos ministrados, falta de contextualização, entre outros. Dadas essas constatações, é possível verificar a ausência de práticas integradoras nas atividades escolares.

O currículo integrado do EMI foi elaborado e pensado numa concepção de unidade e totalidade entre a parte e o todo, o todo e a parte, na reflexão-ação, teoria e prática na produção e construção do conhecimento, tendo como instruções a integração dos componentes curriculares, através de atividades escolares interligadas e integradas.

> Somente nesta perspectiva, compreendendo as práticas pedagógicas articuladamente com a prática social mais ampla, o ensino integrado, ou o ensino integrador, pode ser capaz de promover as mudanças essenciais, e não apenas formais, necessárias para a educação brasileira e para a educação profissional, em particular (ARAUJO, 2014, p. 122).

Enfim, para que o EMI seja implementado nesse formato, necessita-se das práticas pedagógicas integradoras articuladas com a integração dos conhecimentos.

2. Método

O referido artigo busca compreender as Práticas Pedagógicas Integradoras no EMI na EPT, por intermédio de abordagem qualitativa e descritiva. A pesquisa qualitativa responde a questões bem específicas e está ligada às Ciências Sociais e ao campo educacional. O objetivo dos investigadores qualitativos é o de expandir e não o de limitar a compreensão (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 62).

Assim, para o arranjo desse artigo, realizou-se um levantamento da literatura por meio de revisão bibliográfica, com consulta no Scielo, *Google* Acadêmico, Holos, Periódicos Capes, Repositórios e outros, em que se utilizou dos descritores centrais: práticas pedagógicas integradoras, ensino médio integrado, currículo integrado e formação integral. As bases conceituais utilizadas neste artigo estão alinhadas ao materialismo histórico e dialético.

A demarcação temporal de busca foi de 2004 a 2019, tendo como referência a implementação do EMI. Nesse levantamento foram selecionados 20 (vinte) artigos, sendo que 12 (doze) deles atenderam o objetivo da pesquisa. O levantamento bibliográfico valeu-se também de referências teóricas de autores renomados na literatura pelas suas pesquisas sobre a temática deste artigo como: Araujo (2008, 2010, 2014); Araujo e Frigotto (2015); Caires e Oliveira (2016); Moura (2015); Ramos (2008); Saviani (2007); entre outros.

3. Resultados e Discussão

Diante das leituras realizadas fundamentadas nas bases conceituais do materialismo histórico e dialético, apresentam-se os resultados e as discussões, sobre as PPIs e a sua relevância para o alcance da formação integral no contexto do EMI no âmbito da EPT.

3.1. Práticas Pedagógicas Integradoras e a Formação Integral

A implantação do EMI numa perspectiva de formação integral requer práticas pedagógicas que superem a dualidade da educação e a formação fragmentada do estudante. Araujo (2014) aponta que as Práticas Integradoras experimentadas no cotidiano escolar no Ensino Integrado tornar-se-ão oponentes robustas ao modelo dual de educação, cujas características são prejudiciais para o desenvolvimento por inteiro do estudante. Contudo, a consequência dessa

divisão influencia diretamente na formação, tornando-a unilateral (no sentido de promover visão fragmentada da realidade), principalmente, na educação profissional.

> Somente nesta perspectiva, compreendendo as práticas pedagógicas articuladamente com a prática social mais ampla, o ensino integrado, ou o ensino integrador, pode ser capaz de promover as mudanças essenciais, e não apenas formais, necessárias para a educação brasileira e para a educação profissional, em particular (ARAUJO, 2014, p. 122).

Posto isto, surge a proposta da implementação das PPIs como elo do EMI e da formação integral. Para responder à questão norteadora, "como as Práticas Pedagógicas Integradoras contribuem na efetivação da formação integral no EMI?", sustenta-se que, por meio da experimentação dessas práticas pelos professores e alunos alinhados ao Currículo Integrado, é possível alcançar a formação integral dos estudantes dentro do EMI. Parte-se, então, do pressuposto de que o EMI alinhado a essas práticas, no sentido de atuar na integração das disciplinas de forma contextualizada, contribui com o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, de maneira a proporcionar uma visão panorâmica e articulada dos campos científicos. A experiência desse modelo interdisciplinar da construção de aprendizado, que une teoria e prática, até certo ponto, responde à pergunta do artigo.

São apresentadas neste estudo, portanto, as práticas integradoras como um meio para alcançar a formação em sua integralidade, contrária à fragmentação da formação que já perdura há tanto tempo. Nesse sentido, essas práticas procuram redefinir as metodologias de ensino-aprendizagem, visando à integração das disciplinas, por meio da interdisciplinaridade, problematização dos conteúdos, favorecendo, assim, o desenvolvimento de aprendizagens significativas e emancipadoras. "A prática integradora, a exemplo do projeto integrador, é fortalecida no contexto de um currículo integrado, aquele que prima por uma formação integral para o ser humano" (HENRIQUE; NASCIMENTO, 2015, p. 69). Dessa maneira, a finalidade do currículo integrado é a formação integral, que, fortalecida por uma prática pedagógica integradora, se torna emancipadora.

Moura, Lima Filho e Silva (2015) concordam que o objetivo a ser alcançado, na perspectiva de uma sociedade justa, é a formação omnilateral, integral e politécnica. A experimentação de Práticas Pedagógicas Integradoras no EMI faz-se necessária para se chegar a essa formação por inteiro do sujeito. Para tal fim, busca-se um projeto político-pedagógico (PPP) alicerçado e alinhado às ações formativas integradoras (contrárias às práticas fragmentadoras de formação).

Para tanto, o PPP deve ser norteado pela integração, cooperação e que promova autonomia para ampliar os horizontes das práticas pedagógicas dos professores e estudantes. Todo esse processo está inserido nas dimensões do fazer, do pensar e numa perspectiva de unidade entre: a parte e o todo; o todo e a parte; na reflexão-ação, teoria e prática, constituindo-se a *práxis.* "Não há palavra verdadeira que não seja práxis" (FREIRE, 1987, p. 44). Para o autor, a

interação da ação-reflexão, em que ação e reflexão expressam o mundo e, ao anunciá-lo, o problematizam e, quando o questionarem, transformam-no.

As PPIs implementadas nos componentes curriculares precisam ser adotadas no trabalho docente como recurso central para se buscar essa formação integral e emancipadora. As práticas integradoras ocorrem mediante a conexão entre as diversas áreas do conhecimento, tendo como um dos caminhos a interdisciplinaridade, dentro do currículo do EMI. Em conformidade com Pacheco (2012), a interdisciplinaridade é compreendida como princípio organizador do currículo e como procedimento de ensino-aprendizagem, visto que os conceitos das diferentes disciplinas estariam diretamente conectados com a realidade que se almeja compreender.

Por esse ângulo, a prática docente interdisciplinar, de religar os mais variados saberes, precisa de muito diálogo, integração mediada pelas PPIs. Observa-se, por outro lado, que isso não depende apenas de soluções didáticas, e sim, de soluções ético-políticas e, acima de tudo, compromisso ético-político. Nota-se que esse alinhamento do currículo integrado, práticas integradoras e formação integral, todos devem caminhar sempre juntos.

> O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos com sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender (PACHECO, 2012, p. 60).

Considerando-se essa lógica, observa-se que a ocorrência de PPIs no dia a dia escolar se dá por vários mecanismos, como a interdisciplinaridade, que se apresenta como um componente de conexão dos saberes de forma integralizada e não compartimentalizada. Significa atuar na prática docente com as disciplinas interligadas e se comunicando constantemente, pois conhecimento não é compartimentalizado, mas integralizado, percebendo o todo, representado pelas partes, formando uma unidade. Nesse sentido, o conhecimento interdisciplinar se expande para uma aprendizagem contextualizada e com logicidade para os estudantes. É preciso perceber que

> [...] a interdisciplinaridade pode se apresentar com um elemento integrador, não como ponte para os tipos de formações, mas como uma nova atitude para religação dos saberes, para a expansão do conhecimento e para uma aprendizagem com mais sentido para vida das pessoas (FREIRE; LIMA; MARTINS, 2020, p. 15).

Por fim, as Práticas Integradoras poderão ser usadas de diversas maneiras no cotidiano escolar, como: aulas expositivas, aulas interdisciplinares, aulas de campo, feiras, oficinas, jogos didáticos, projeto integrador, visitas técnicas integradas, seminários, gincanas, estudo dirigido e inúmeros outros métodos de ensino e aprendizado (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015). São práticas que articulam os diferentes conhecimentos científicos e também se relacionam com a realidade do ambiente escolar, a qual se observa, favorecendo a visão da totalidade, sem deixar de lado as partes e as possibilidades de mudança social.

4. Considerações finais

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou uma maior compreensão e reflexão sobre as Práticas Pedagógicas Integradoras no EMI sob o ponto de vista da formação integral do sujeito no campo da educação profissional e tecnológica. A contextualização histórica da educação favoreceu seu entendimento como um processo histórico e carregado de rupturas e poucos avanços. Destaca-se que a educação nas comunidades primitivas era um processo comunitário, que se aprendia com o outro de forma igualitária, mas que, com surgimento da divisão dos homens em classes, houve também a divisão na educação, surgindo desse movimento a escola que se conhece. Portanto, a escola já nasceu dual, ou seja, para duas classes, a intelectual e a de trabalho manual. E essa dualidade, conforme abordada neste artigo, tem comprometido a formação de gerações e gerações.

Essa fragmentação na formação, principalmente da classe que vive do trabalho, tem contribuído para a perpetuação das muitas injustiças sociais. O presente artigo procurou apontar alguns caminhos para a superação dessa dualidade, sendo um deles a experimentação das Práticas Integradoras no Ensino Médio Integrado, numa perspectiva de formação integral e emancipadora, dentro de um modelo de escola unitária.

Conclui-se que as Práticas Integradoras no EMI, pela sua relevância de redefinir as metodologias de ensino-aprendizagem por via da interdisciplinaridade, contribuem para a formação integral, formando cidadãos emancipados e com capacidade de articular pensamento e ação, teoria e prática, possibilitando a compreensão e transformação da realidade. Com isso, as investigações propiciaram uma maior compreensão sobre as Práticas Pedagógicas Integradoras no EMI alinhadas à integração dos saberes por meio da interdisciplinaridade, conforme proposta deste estudo.

Diante da relevância, amplitude e importância dessa temática, observa-se a necessidade de dar continuidade a esta pesquisa em futuros estudos, por julgar o quanto é conveniente investigar, minuciosamente, como se dá o processo de experimentação das PPIs na modalidade de EMI no campo da EPT no contexto da formação integral. Uma outra proposta de estudo seria debater com profundidade as pesquisas que tratam das PPIs ao longo da história: desafios e possibilidades.

Referências

ARAUJO, R. M. L. *As práticas formativas em educação profissional no estado do Pará*: em busca de uma didática da educação profissional. Relatório final. Universidade Federal do Pará, 2010.

ARAUJO, R. M. L. *Práticas pedagógicas e ensino integrado*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, (Coleção formação pedagógica; v. 7), 2014.

ARAUJO, R. M. L. Formação de docentes para a educação profissional e tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. *Trabalho & Educação*, v. 17, n. 2, p 54-63, 2008.

ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* CF. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.* Regulamenta o § 2 º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 17 de abril de 1997. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.* Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1º jul. 2021.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*: uma introdução à teoria e aos métodos. Editora: Porto, Portugal, 1994.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. *Educação profissional brasileira*: da colônia ao PNE (2004-2014). Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

FREIRE, Luciana. Braga. Oliveira.; LIMA, Patrícia. Feitosa. Ribeiro.; MARTINS, Cosmo. Martins. A Interdisciplinaridade no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional An Interdisciplinarity in High School in Vocational Education Una interdisciplinariedad en la escuela secundaria en educación vocacional. Research, Society and Development, v. 9, n.1, e72911634, 2020 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336277324_A_Interdisciplinaridade_no_Ensino_Medio_Integrado_a_Educacao_Profissional. Acesso em 25 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado*: concepção e contradições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HENRIQUE, A. L. S.; NASCIMENTO, J. M. do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. *Holos*, Natal, v. 4, p. 63-76, 2015.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, D.H. *Trabalho e formação docente na educação profissional.* 1. ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura. Acesso em: 18 jul. 2021.

MOURA, D.H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. S. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contrições históricas da educação brasileira. *Revista Brasileira*, v. 20, n. 63, out-dez. 2015, p. 1057-1080.

PACHECO, Eliezer (Org.). Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: proposta de diretrizes curriculares. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. da (Org.). *Ensino médio integrado no Brasil:* fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, p. 20-43, 2017.

RAMOS, M. N. *Concepções do Ensino Médio Integrado.* Seminário da Secretaria Estadual de Educação. Pará, 2008. Disponível em: https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação,* Campinas, v. 12, n. 32, p. 52-180, jan./abr., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.